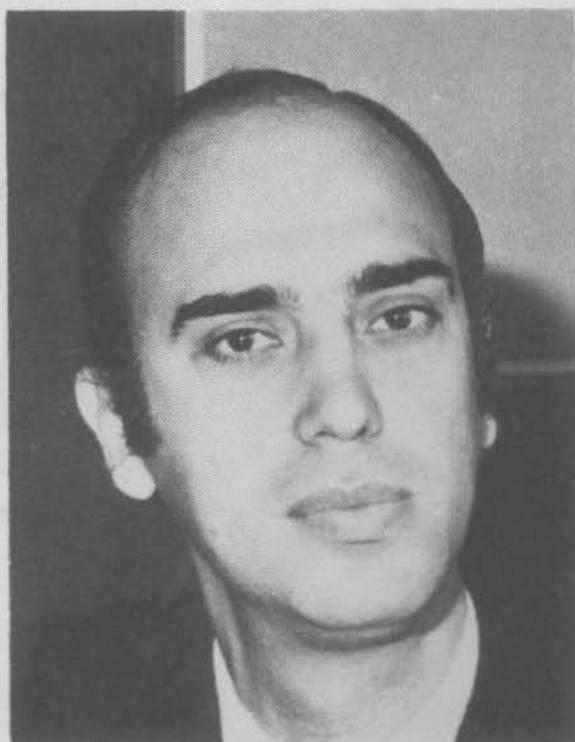


# MARCO MACIEL

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO  
PARA UMA NAÇÃO MULTIRREGIONAL



12 AÇÃO PARLAMENTAR



**Senador MARCO MACIEL**

# **Política de Desenvolvimento Para uma Nação Multirregional**

**12 — AÇÃO PARLAMENTAR**

**BRASÍLIA — 1983**



*Dentro de seus oito milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados, o Brasil esconde não só um inesgotável potencial de riquezas físicas e humanas, como também um surpreendente desnível de crescimento social e econômico, caracterizado, por um lado, pelas comunidades onde a população desfruta de índices elevados de bem-estar social, como no Sul-Sudeste, e, de outro, pelas regiões onde são aviltantes as condições de pobreza e mortalidade, como por exemplo no Nordeste. Inaceitavelmente visível no mundo de nossos dias, o dissídio Norte/Sul é atentatório à dignidade do homem em sua expressão e dimensão históricas, e condenável a sua perpetuação. Nesta publicação delinea-se um quadro preciso da problemática da desigualdade do desenvolvimento regional no Brasil e formulam-se propostas concretas sobre os meios que devem ser adotados para assegurar ao País um desenvolvimento democrático, que garanta, a todos, bem-estar, justiça e liberdade.*



**DESENVOLVIMENTO REGIONAL,  
UMA QUESTÃO POLÍTICA**



A plena instauração da democracia e a promoção do desenvolvimento são, sinteticamente, as duas principais aspirações da Nação brasileira.

Aspirações que, decerto, não se excluem, posto que o desenvolvimento integral não se opera senão dentro do regime democrático, à medida em que requer processos participativas — condição basilar para o efetivo exercício da democracia —, tornando possível, aos cidadãos, eleger os caminhos que lhes permitam alcançar os objetivos de bem-estar social.

Significa dizer, também, que o desenvolvimento, para ser socialmente eficaz, deve abranger o homem todo — em suas múltiplas exigências — e todos os homens, conforme, aliás, preconizava o Papa Paulo VI.

Como corolário, implica também asseverar que o desenvolvimento não pode existir com acentuados desníveis entre pessoas, regiões e povos, de que é paradigma o dissídio Norte-Sul inaceitavelmente visível no mundo de nossos dias, atentatório à dignidade do homem em sua expressão e dimensão históricas e condenável a sua perpetuação, enquanto reflita atitude passiva das nações mais ricas.

A propósito diz Gérard Viratelle: “Os países industrializados invocam suas reais dificuldades (menor ritmo de crescimento, desemprego, inflação) para explicar que lhes é impossível satisfazer às exigências do Terceiro Mundo, que eles julgam, ademais, irrealistas e excessivas... só a contragosto aceitam conceder um tratamento preferencial às produções dos países recentemente industrializados. Foi contudo demonstrado que a industrialização do Sul, feitas as contas, era benéfica ao Norte, desde que não beneficiasse apenas às multinacionais, cujas atividades são abertamente defendidas por vários governos ocidentais no seio das conferências internacionais”.

Abono, portanto, o entendimento de que “o problema que a humanidade tem que resolver é a de sua ascensão conjunta”.

De igual sorte, não se pode tampouco permitir que prosperem no âmbito de um mesmo país, disparidades profundas — tanto pessoais quanto regionais —, sob pena de infligir à realidade nacional um evidente caráter anti-humanístico, que afronta a convivência democrática e viola os verdadeiros objetivos do desenvolvimento.

## Visão profética

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Brasil é consabidamente, à vista de suas notáveis dimensões, uma nação multirregional. Assim, ouse-se afirmar que a unidade brasileira deve prosperar na própria diversidade, construída a partir das características continentais de um País, cujos limites fincam-se além do Equador e projetam-se adiante do Trópico de Capricórnio, apontando para a Antártida.

Essas realidades múltiplas consignam a existência de subespaços geográficos, fisiográficos, sócio-econômicos e, até mesmo, culturais, reconhecidos pioneiramente por Sílvio Romero, em "O Brasil Social", cujos critérios estão hoje parcialmente superados; todavia, encerram uma inquestionável visão profética.

O reconhecimento regional do Brasil se fez posteriormente através de inúmeros outros trabalhos, entre os quais cumpre assinalar os estudos sociológicos e sócio-antropológicos do mestre pernambucano Gilberto Freyre.

Sem pretender esquadriñar a evolução do País, entendo que a diversidade regional esteve sempre associada ao processo de formação da nacionalidade, condicionando o seu desenvolvimento político, social e econômico.

Os tímidos e episódicos propósitos descentralizadores inseridos em textos constitucionais elaboradas à época do Império, e a implantação do federalismo, coevo da República, foram, certamente, reflexos do reconhecimento que as diversidades regionais implicavam na formulação e execução de políticas de desenvolvimento espacial.

Até certo ponto, o modelo federativo, afinal inscrito na Carta de 1891, resultou de reivindicações em favor de uma maior descentralização, embora não se cogitasse viesse a evoluir para um mero estadualismo. Além disso, o federalismo, no caso brasileiro, não foi sinônimo de desconcentração administrativa, findando por levar os Estados e Municípios a viverem, vegetativamente, de subsídios federais, graças, sobretudo, às transferências de receitas públicas, com exclusão feita tão só a uns poucos entes federativos de maior expressão econômico-financeira.

A variedade regional brasileira, que marca profundamente a paisagem nacional se explica, insista-se, na nossa própria expressão territorial e não é fenômeno insolitamente verificável apenas em nosso País.

Com efeito, o problema de desigualdades regionais no processo de desenvolvimento não é típico do Brasil. Ocorre, de maneira mais ou menos aguda, na quase totalidade dos países, mostrando-se mais acentuado naqueles em fase de industrialização e, principalmente, nos que exibem grandes extensões territoriais, com diferenciações regionais de monta, onde os fatores produtivos encontram-se desigualmente distribuídos.

A história econômica dos países hoje industrializados é rica em exemplos de evidentes disparidades regionais.

Mesmo no seio dos países considerados mais desenvolvidos, na Europa, ocorreram, e ainda ocorrem, desequilíbrios regionais, com diferentes graus de intensidade.

De fato, o extremo norte da Escandinávia, o norte e o oeste das Ilhas Britânicas, o oeste da França e o sul dos países mediterrâneos seriam, em boa medida, territórios subdesenvolvidos, quando comparados com a Inglaterra, a bacia do Reno e suas adjacências, ou seja, **grosso modo**, o núcleo da Comunidade Européia do Carvão e do Aço e seus prolongamentos naturais.

Quem, há anos, num mapa da França, traçasse uma linha, ligando Le Havre, Paris e Mulhouse, constataria que, dividido assim o País em duas partes, a do Nordeste, representando 20% do território gaulês, albergava 38% da população nacional. A produtividade da população ativa era aí superior em 27% à média francesa e excedia em 40% a do restante do território.

Na Itália, o subdesenvolvimento poderia não coincidir inteiramente com o Sul. Roma, por exemplo, seria uma “ilha de prosperidade”, no coração do Lácio; no norte, o delta do Pó e certos vales alpestres contavam-se entre os territórios atrasados do país. Todavia, o centro e o norte da Itália, com 62% da população nacional, contabilizavam 80% da renda interna. Além disso, dois terços da população ativa das províncias do sul e das ilhas Sardenha e Sicília se dedicavam ao setor primário.

Na Espanha dos anos cinqüenta, o país interior, com 69% do território abrigava 48% da população nacional, percentagem ainda assim melhorada pela localização de Madrid.

Essa desproporcional repartição demográfica se reproduzia em termos de distribuição inter-regional de renda, vez que, enquanto Madrid, Barcelona e as Vascongadas alcançavam, ao tempo, uma renda média de 400 a 500 dólares por habitante, Valência não ia além de 300 dólares por habitante. Ademais, vinte províncias apresentam uma renda **per-capita** situada entre 250 e 200 dólares; outras vinte, entre 200 e 150 dólares; por fim, cinco outras, aquém mesmo dos 150 dólares por habitante.

Os grandes países em fase de industrialização — como a Índia, China, Indonésia, Paquistão —, têm, igualmente, diversas regiões bastante deprimidas do ponto de vista econômico.

### **Contra o separatismo**

Não são menores no Brasil os problemas relativos às disparidades regionais. Constituem, certamente, o mais grave problema interno com que se defronta o País, se bem não se deva inscrevê-lo dentre aquelas que possam a vir derruir a nossa integridade nacional.

A propósito, com precisão, diz Gilberto Freyre:

“A maior injustiça que se poderia fazer a um regionalismo como o nosso seria confundi-lo com separatismo ou com bairrismo. Com antiinternacionalismo, antiuniversalismo ou antinacionalismo. Ele é tão contrário a qualquer espécie de separatismo que, mais unionista que o atual e precário unionismo brasileiro, visa a superação do estadualismo, lamentavelmente desenvolvido aqui pela República — este sim, separatista — para substituí-lo por novo e flexível sistema em que as regiões, mais importantes que os Estados, se completem e se integrem ativa e criadoramente numa verdadeira organização nacional.”

Existe, inquestionavelmente, uma identidade nacional, embora menos enquanto síntese que soma de valores regionais heterogêneos.

É certo assinalar que tais problemas vêm se convertendo, crescentemente, em assunto que tem preocupado as autoridades públicas, ao lado de uma cada vez maior sedimentação de nossa consciência nacional de que tal desafio precisa ser respondido como prioridade inadiável.

E mais: que esse tema é eminentemente político, pois ultrapassa seus contornos intrinsecamente econômicos, para situar-se em patamares mais amplos, interessando a outros setores da ação governamental.

O atraso relativo de uma região manifesta-se através de diversas características, todas elas interdependentes e medidas através da taxa de desemprego, renda familiar, condições de habitação, saúde e educação, taxa de emigração de mão-de-obra e de capital, capacidade de absorção de inovações tecnológicas, níveis de atividade produtiva etc.

Nada obstante, o elenco de indicadores assinalados, tal como no caso da mensuração do desenvolvimento econômico nacional, prefere-se na maioria das vezes recorrer-se à medida da renda regional **per capita** como um indicador das diferenças regionais, em que pese sua reconhecida limitação.

No contexto brasileiro, malgrado todos os esforços desenvolvidos nas últimas décadas, verifica-se, compulsando as estatísticas oficiais, que as políticas adotadas não foram suficientemente eficazes para solucionarem os problemas regionais, inclusive o fosso que separa, por exemplo, o Norte, e o Nordeste das áreas mais dinâmicas do País.

Em 1959, por exemplo, o PIB total da Região Norte equivalia a 2% do brasileiro e nessa condição permaneceu nas aferições efetuadas em 1978. Com relação ao Nordeste, considerado o mesmo período, o quadro ainda foi mais dramático: a sua participação apresentou decréscimo de 15 para 12%.

Esse quadro levou o Professor Roberto Cavalcanti de Albuquerque a concluir:

“Parece fora de dúvida que a sociedade brasileira obteve mais êxito, nas últimas duas décadas, no encaminhamento de soluções para o crescimento econômico do que para a melhor distribuição de seus resultados.”

### **Terapêutica adequada**

Recorro, novamente, à experiência de outras nações para insistir no ponto de que urge encontrar a terapêutica adequada à solução desse infortúnio para que o nosso País se desenvolva de maneira equânime.

A ação dos governos com vistas ao desenvolvimento regional se manifesta primeiramente com relação à recuperação de determinadas regiões, por constituírem áreas estagnadas ou decadentes.

Os fundamentos desta política encontram-se, por exemplo, não somente na Europa mas sobretudo no Continente Americano. Foi o Vale do Tennessee, como é do conhecimento geral, um dos programas de maior êxito de desenvolvimento regional no mundo.

A *Tennessee Valley Authority* (TVA), constituída em 1933, no segmento de uma lei aprovada no Congresso, teve por finalidade aproveitar os recursos hidráulicos e outros conexos da bacia hidrográfica, de um modo integrado e com o propósito de elevar o nível de vida de toda uma vasta região.

A TVA congrega, em torno da área do Estado do Tennessee, parcela de seis outros Estados, competindo-lhe o controle completo das águas da bacia do Tennessee, a par do encargo de intervir na navegação, na regularização das cheias, na produção e na venda de energia elétrica e, até, no desenvolvimento de outras atividades. Elaborou planos para o desenvolvimento regional, embora, muitas vezes, não lhe tivessem sido delegadas faculdades para dirigir e fiscalizar tal desenvolvimento.

A bacia do Tennessee tem uma superfície de 240 mil km<sup>2</sup>, ou seja, um pouco menos do que metade da área total da França. O rio Tennessee corre numa extensão de 1.050 km, cerca de um terço do percurso do rio São Francisco no Brasil.

Um vale que há 150 anos teria aspecto de fertilidade, encontrava-se, em 1923, inteiramente erodido.

Trinta barragens no Tennessee produziam, já em 1956, sessenta e cinco milhões de quilowatts. Sobre dez milhões de hectares viviam seis milhões de pessoas, beneficiando-se de uma agricultura renovada.

Esse crescimento foi acompanhado de projetos de urbanização em sete centros urbanos (Knoxville, Ashville, Chatanooga, Gadsen, Nashville, Memphis e Bristol), em torno dos quais gravitam 101 núcleos com mais de

2.500 habitantes, apoiando um espaço organizado, onde os índices de crescimento são superiores aos da média americana. Assim aconteceu entre 1947 e 1954.

O Presidente Roosevelt chegou a afirmar que o vale do Tennessee constituía o problema número um, de natureza econômica, posto à nação americana.

A iniciativa do governo norte-americano no vale do Tennessee, com a criação da TVA visando a sua recuperação econômica, através do pleno aproveitamento de seus recursos, foi o primeiro grande exemplo de planejamento regional.

Na Europa um dos mais conhecidos exemplos é, certamente, o do Baixo Ródano-Languedoc, na França. As sociedades de economia mista, na França, constituíram-se em excelentes instrumentos para administrar estes *grands aménagements regionaux*.

Da mesma forma, assinalam-se os êxitos do programa de desenvolvimento regional do sul da Itália, através da *Cassa per il Mezzogiorno*, e o plano de fomento de Portugal-Continente e Ilhas Adjacentes, através dos programas de irrigação do Além Tejo e da região do Douro e dos programas de desenvolvimento turístico da Ilha da Madeira e Açores.

Há, igualmente, programas de desenvolvimento regional de âmbito multinacional, como é o caso, por exemplo, dos esforços que vêm sendo realizados para o desenvolvimento da Bacia do Prata.

### **Melhor divisão**

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Tudo isso nos faz chamar a atenção para que se rediscuta o modelo de crescimento do nosso País, inclusive as chamadas políticas de desenvolvimento regional e, por extensão, as não regionalizadas.

Tem ocorrido no País a fixação de políticas de desenvolvimento não regionalizadas, geradoras de efeitos reconhecidamente inibidores do desenvolvimento das regiões menos favorecidas. Ou seja, as grandes políticas nacionais de desenvolvimento tendem a não levar em consideração que as diversas regiões do País passam por estágios distintos de desenvolvimento, com problemas, potencialidades e bases econômicas e social totalmente diversas.

Sabe-se que existem significativas diferenças entre as regiões do País, principalmente no que se refere às bases e potencialidades para a geração da dinâmica de desenvolvimento. Diante disso, torna-se imperativa a explicitação de uma política de localização das potencialidades e onde fique claramente definida uma estratégia de divisão inter-regional do trabalho.

Nesse sentido, caberia lembrar a luta que o País tem travado nos foros internacionais, para que se estabeleça uma nova divisão internacional de traba-

lho. Esta é uma luta, não só dos países em desenvolvimento, como o Brasil, mas igualmente dos chamados países do “Bloco dos 77”. Essa mesma preocupação com uma melhor divisão do trabalho deveria existir no País, em plano inter-regional, como um importante fator de atenuação das disparidades existentes entre as Regiões.

Creio ser o presente instante, em virtude do quadro de aperfeiçoamento democrático em que vivemos, o momento para alterar a concepção de nossos programas de desenvolvimento e as ênfases de nossos mecanismos de expansão econômico-financeira.

O que parece ter sido até o presente objeto de prioridade nacional no planejamento brasileiro foi a adoção e conseqüente execução para determinadas regiões — de modo particular, para as áreas mais deprimidas como o Nordeste, o Norte e, de certa maneira, para o Centro-Oeste — de políticas exclusivamente autárquicas, localizadas portanto. O que não se evidenciou ser a melhor solução:

Aliás, dentro desse quadro, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE representou, resalte, a primeira grande tentativa de regionalizar o crescimento econômico. Por sua indireta inspiração, multiplicaram-se, posteriormente, a SUDAM, a SUDECO e a SUDESUL, respectivamente no Norte, Centro-Oeste e extremo Sul do País.

Nenhuma, sem o vigor da SUDENE, em seguida perdido, em parte por conta da retirada parcial dos incentivos fiscais destinados ao Nordeste, o que demonstra, a inexistência de um planejamento multirregionalizado, apesar das intenções iniciais.

Hoje o Brasil se vê diante do agravamento deste problema, uma das raízes de alguns dos seus mais importantes impasses. Passaram a existir concentrações horizontais de renda, entre as regiões e dentro delas, com a mesma tendência deformativa que as concentrações verticais por classes sociais. A redistribuição da renda nacional terá de passar por estes eixos.

Convém, portanto, agora, planejar-se, repito, uma ousada e necessária alteração de rumos dessas políticas quer no plano sócio-econômico-financeiro, quer mesmo no plano político-institucional.

Dentro desse enfoque, portanto, entendo como necessária a ampliação, de forma integrada e harmônica, dos níveis de regionalização dos programas nacionais de desenvolvimento. Em outras palavras, a descentralização política deve vir acompanhada de uma descentralização administrativa e econômica, que aproveite a redução das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento.

A simples constatação de que vivemos numa sociedade multirregional não nos leva, porém, a proclamar ser isto uma desvantagem, um fator inibidor da promoção dos nossos desejos de grande nação.

## Um bem e um mal

Há que distinguir-se, antes de tudo, diferenças regionais e disparidades regionais. As diferenças regionais representam um conceito geoeconômico. As disparidades regionais constituem uma deformação no processo de desenvolvimento.

As diferenças regionais são um bem; as disparidades, um mal.

Num País de vastas latitudes e de grande extensão longitudinal, como o Brasil, é natural que existam diferenças ou diversidades regionais, as quais são a expressão da sua riqueza e se constituem na própria substância de sua grande unidade nacional.

*O Sr. José Fragelli* — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Pois não. Com prazer ouço V. Ex<sup>a</sup>, meu caro Senador José Fragelli.

*O Sr. José Fragelli* — V. Ex<sup>a</sup>, como sempre, está fazendo um pronunciamento dos mais importantes e que de perto fala aos grandes interesses nacionais. V. Ex<sup>a</sup> começou o seu discurso tratando rapidamente dos desníveis internacionais entre as nações. As nações desenvolvidas, industrializadas e as em desenvolvimento ou subdesenvolvidas. Por acaso, Sr. Senador, estou com um livrinho que acho precioso e que V. Ex<sup>a</sup>, com certeza conhece, de Gunnar Myrdal, "Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas". No primeiro capítulo, ele trata, justamente, das desigualdades econômicas internacionais, dizendo que elas correspondem a um modelo simples e definido, que as grandes nações, que os países mais ricos do mundo, são as antigas colônias britânicas, localizadas em zonas temperadas, cuja população maior é de origem européia. Depois, ele diz que essa constitui a classe superior das nações na sociedade mundial. A classe inferior é numerosa; mais de 2/3 dos habitantes do mundo não soviético, que vivem com uma renda real **per capita** corresponde apenas à diminuta percentagem de renda dos países altamente desenvolvidos. Faz as considerações que são conhecidas, dizendo, sobretudo, que a política internacional de desenvolvimento leva a que as nações mais ricas, cada vez fiquem mais ricas, que os países industrializados são os que estão se industrializando mais, e que, nesses países, os desníveis regionais vão desaparecendo rapidamente, justamente porque, tendo recursos, tendo meios, eles vão apagando as disparidades regionais, para usar as expressões de V. Ex<sup>a</sup>. O capítulo 3º desse pequeno e precioso livro de Gunnar Myrdal trata, justamente, do assunto que V. Ex<sup>a</sup> agora aborda, que é sobre as disparidades regionais, dentro de um mesmo País, e tendência das desigualdades econômicas regionais em um País. E ele apela para um conhecido princípio que ele desenvolveu tão bem da interdependência circular acumulativa dentro do processo de desenvolvimento econômico. E ele mostra — o que V. Ex<sup>a</sup> bem conhece e está, como um mestre, aliás, expondo a matéria — que, assim como

na Sociedade Internacional das Nações, se deixarmos ao livre jogo das forças do mercado a promoção do desenvolvimento entre as nações, da mesma maneira, dentro de um mesmo país, esse desenvolvimento não se estenderá às regiões mais pobres se o Estado se alhear a política de desenvolvimento nacional. Justamente porque, se uma nação é pobre, a tendência, de acordo com a teoria de Gunnar Myrdal, a tendência é para ser cada vez mais pobre. E as regiões de uma mesma nação, quando dividida em regiões ricas, regiões semidesenvolvidas e regiões pobres, estas tenderão sempre a ser mais pobres, se simplesmente às forças de mercado se deixar o problema do desenvolvimento nacional. E lembra aquela parte da Bíblia, aliás de São Mateus, quando diz: "Aqui, aqueles que têm alguma coisa conseguem tudo. Mas aqueles que nada têm nada conseguem". Que Myrdal traduz: "A quem têm será dado e terá abundância. Mas de quem não tem será tomado mesmo o que tem". De sorte que V. Exª acho que aborda essa questão, justamente nessa seqüência de considerações, de apreciações e de raciocínio.

O SR. MARCO MACIEL — Exatamente.

O Sr. José Fragelli — De acordo que o que se deve adotar é, realmente, uma política nacional de desenvolvimento, justamente para apagar as disparidades regionais, aproveitando, se e quanto possível, as diferenças regionais a que V. Exª alude. Parece-me que em uma época de crise, sobretudo financeira, com que passamos, não está fácil voltarmos a uma política nacional de desenvolvimento. Mas, para isso, devem ser tomadas todas as providências, inclusive pelo corpo legislativo, que parece, daqui por diante, poderá interferir mais, ou participar decisivamente, primeiro, da política financeira e, depois, da política econômica sobre todo o desenvolvimento nacional. Muito obrigado a V. Exª

O SR. MARCO MACIEL — Caro Senador José Fragelli, quero dizer que, como V. Exª, eu me inscrevo, também, entre aqueles que reconhecem o grande valor dos estudos de Gunnar Myrdal e, de modo especial, esta verdadeira obra-prima, que é a "Teoria Econômica de Regiões Subdesenvolvidas".

De fato, como lembrou acertadamente V. Exª, a teoria de Myrdal é a de que observadas as chamadas leis clássicas de crescimento econômico, a tendência é fazer com que os países mais ricos tendam a ser cada vez mais ricos, aumentando, conseqüentemente, o fosso que os separa das nações subdesenvolvidas, para não dizer atrasadas.

E daí, o fato dele ter elaborado a chamada teoria de causação circular cumulativa, que prova ser tendência que os bens se acumulem cada vez mais, nesses países mais afluentes, que são, via de conseqüência, os mais influentes.

Isso que se observa a nível internacional, nós poderemos transportar, sem muita dificuldade, para o nível interno. Na proporção em que nós conhecemos, em nosso País, diferentes regiões, porque o Brasil é um País multirregional, nós

precisamos nos voltar para elaboração e execução de Políticas Nacionais de Desenvolvimento que contemplem as peculiaridades regionais.

Como dizia, há pouco, acho que as peculiaridades regionais são um bem, constituem que um tesouro cultural da Nação. Mas, a existência das disparidades, com estas, nós não podemos nem devemos conviver. É por isso que acho que nós precisamos tomar como um dos objetivos maiores de nossa política de desenvolvimento, e não meramente de crescimento econômico, o estudo dos problemas regionais brasileiros. Não somente das chamadas regiões problemas, ou as regiões desafio, como é o caso do Norte, Nordeste e do Centro-Oeste, região que V. Ex<sup>a</sup> representa tão bem nesta Casa.

Enquanto nós insistirmos em políticas meramente nacionais, sem se cogitar em ver as suas variáveis regionais, nós, certamente, vamos ter projetos de desenvolvimento que agravam disparidades internas e que tornam cada vez maiores os **gaps**, os fossos, existentes entre as mais diferentes áreas do País.

### **Focos de debilidade**

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, são, com efeito, essas diversidades regionais que ampliam as perspectivas do País, que o tornam rico em valores naturais e humanos, que lhe oferecem diversidades de alternativas e emprestam a sua unidade um caráter de dinamismo que a faz, cada dia, mais rica, mais sólida e mais consciente de sua força e de sua grandeza.

É justamente na diversidade de suas regiões naturais que reside a potencialidade do País para enfrentar o desafio de seu desenvolvimento, o qual nunca se exaure, mas encontra sempre, na diversidade de sua riqueza humana e natural, novas perspectivas e novas alternativas de superação das dificuldades.

As disparidades regionais são, pelo contrário, um fator restritivo para o desenvolvimento do País, que urge, a todo o custo, combater e, na medida do possível, eliminar.

É isso o que a Nação precisa entender, não de forma teórica e acadêmica, mas efetiva e real.

Na realidade, um crescimento desproporcional de uma região do País, em detrimento de outras regiões, poderá nos dar a ilusão temporária de desenvolvimento, quando, de fato, só serve para estimular focos de debilidade, que ameaçam a própria saúde nacional.

Dentro desse entendimento, incorre em grave erro de perspectiva qualquer política nacional que insista em centralizar investimentos, em certas regiões mais desenvolvidas, em função de seu maior retorno.

Tal política decorre de um erro de concepção a respeito da realidade estatal. Concebe-se o Estado como se fosse uma empresa, desconhecendo-se que, enquanto o objetivo de uma empresa é o lucro, o do Estado é o bem-estar político-institucional, econômico, cultural e social de um povo, de modo a que

possa esse povo atingir, coesamente, de maneira indivisível, como um só corpo e uma só alma, o seu ideal de realização histórica.

O que se postula, por conseguinte, é que — sem se deixar de lado para determinadas regiões a adoção de medidas regionalizadas, mormente aquelas que já exibiram resultados inequivocamente positivos — dê-se prioridade agora, nos programas governamentais, a medidas regionais de desenvolvimento nacional. Vale dizer que os programas de desenvolvimento, sejam todos eles formulados a partir de uma visão plurirregional do País.

Somente assim, Sr. Presidente, através de políticas regionalizadas, frise-se, é que se obterão resultados mais significativos nos esforços para conseguir-se um harmônico e homogêneo processo de crescimento econômico-social.

De um modo geral, poderíamos distinguir quatro principais objetivos das políticas regionais de desenvolvimento nacional: 1) estimular áreas deprimidas, como é o caso, por exemplo, do Nordeste; 2) aliviar o congestionamento de áreas ou regiões progressivamente ineficientes; 3) propiciar a ocupação produtiva dos vazios econômicos e demográficos, como é, por exemplo, o caso do Norte e algumas regiões do Centro-Oeste; 4) assegurar um equilíbrio entre o desenvolvimento de diferentes regiões de modo a evitar pressões político-sociais e a emergência do dualismo econômico. É o caso Sudeste, Sul-Sudeste versus Norte e Nordeste, e até o próprio Centro-Oeste.

Esse caminho permitirá que as diferentes regiões do País vejam melhor identificados seus problemas, analisadas as suas peculiaridades e melhor definidas, a partir de então, as suas respectivas vocações. Somente assim, resultará mais adequado o desenvolvimento do País e serão menos intensos os desníveis entre as regiões.

Ademais, o que se pretende com tal proposta é auferir-se melhor resposta, não apenas para as chamadas regiões-problemas — como atualmente é o caso do Norte e Nordeste — mas, igualmente, para que se viabilize com tal modelo melhor expansão também às outras regiões — o Centro-Oeste, o Sul e o próprio Sudeste, inegavelmente a porção mais próspera do País, embora ostentando, também bolsões de menor dinamismo.

De mais a mais, a exequibilidade desse projeto demanda também a adoção de medidas no plano político-institucional.

#### **Novos estudos**

O que cumpre de agora em diante buscar, é um novo regionalismo no quadro de um novo federalismo, isto é, um federalismo regionalizado. Do Congresso Nacional, através de Comissões Interpartidárias ou mesmo do Governo Federal poderiam, a meu ver, partir os novos estudos, numa outra inspiradora articulação entre Estado e sociedade.

Essa é a tendência inclusive de países de porte médio como a França, retomando, no Governo Mitterrand, a idéia do último plebiscito a que De Gaulle se submeteu. A República Federal da Alemanha, como seu próprio nome o diz, compõe-se de unidades federadas integrando antigas pulverizadas divisões, hoje de mero interesse histórico. À maneira da Baixa Saxônia, que nunca existiu antes, ao contrário por exemplo da Baviera. Assim a Alemanha conseguiu reduzir a meia dúzia suas maiores divisões, mais três cidades livres.

Os Estados menores do Brasil também podem e devem acompanhar o desenvolvimento econômico dos maiores, neste quadro de novo regionalismo inserido no assim concebido Novo Federalismo, um federalismo mais que de Estados, de regiões que não os anulem, porém os completem.

De fato, como pensar em acelerar a industrialização, por exemplo, de Santa Catarina, a partir do vale do Itajaí e do pólo carbonífero de Tubarão, sem levar em conta os mercados maiores nos vizinhos Paraná e Rio Grande do Sul? O mesmo se aplica ao Mato Grosso do Sul, cujo desenvolvimento seria impensável, sem a proximidade de São Paulo. E assim por diante.

É bem verdade que tal articulação foi prevista no Nordeste, em relação, entre outros casos, ao pólo têxtil de Fortaleza ou petrolífero de Salvador. Mas a perda de ritmo na generalização da experiência confirma a limitação da sua concepção, apesar dos seus inegáveis êxitos parciais.

E as propostas de reforma tributária, somente ao nível estadual, tenderão a fazer ressurgir o estadualismo, em vez do federalismo.

Tema, portanto, que merece inclusive um coroamento constitucional, quando o Brasil reorganiza-se plenamente a este nível jurídico máximo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A crise que se instalou, sobretudo nos países do Terceiro Mundo e que se reflete com intensidade no Brasil, mercê de uma conjuntura econômico-financeira internacional que vacila entre a insolvência e a iliquidez, não pode ser utilizada como recurso para construção de raciocínios inibidores à formulação de políticas que assumam uma conotação redistributiva interna, mesmo porque, ao aparente antagonismo, entre crise e redistribuição, sobrepor-se-ia a prevalência dos critérios de equidade, no processo de desenvolvimento do País.

A questão das disparidades inter-regionais assumem, nesse sentido, uma especial relevância, haja vista que, no Brasil, elas se revelam continuamente persistentes e crescentes — mormente a partir do pós-guerra — comprometendo, desse modo, a própria integridade nacional, sem embargo dos elevados custos sociais que permeiam a formação de correntes migratórias que findam por drenar o capital humano das regiões periféricas ou que, mais recentemente, vêm induzindo a geração de fluxos migratórios reversos, cuja gravidade decorre do confronto entre a incapacidade de sustentação, proveniente do desemprego, nas

regiões centrais e a incapacidade de absorção, resultante de circunstâncias como da seca nas regiões periféricas especialmente no semi-árido nordestino.

*O Sr. João Lobo* — V. Exª me permite?

O SR. MARCO MACIEL — Pois não, nobre Senador João Lobo.

*O Sr. João Lobo* — Nobre Senador Marco Maciel, o discurso de V. Exª é tão abrangente, tão oportuno, que eu lamento de ter que interrompê-lo nesse ponto da exposição de V. Exª. Mas, V. Exª tem razões de sobra quando denuncia e identifica essas distorções, essas disparidades do desenvolvimento, tanto nos países do terceiro quanto do primeiro Mundo. E vem-nos logo à lembrança esses estarrecedores dados que o IBGE divulgou recentemente, dizendo que o Banco Mundial qualifica de miséria absoluta o quadro daquelas pessoas que têm uma renda **per capita** anual abaixo de 5 salários mínimos, e constatamos, ao mesmo tempo, que no Brasil quase 20% da população, isto é, 24 milhões de brasileiros são classificados como vivendo na miséria absoluta. Pensando bem, o dado deve ser muito correto, não é escandaloso, absolutamente, e acho que ele ficou aquém da realidade. A realidade é muito mais grave, muito mais séria. Se há 24 milhões de brasileiros vivendo na miserabilidade quase que absoluta, podemos afirmar, nós, que conhecemos a nossa região, o semi-árido nordestino, que conhecemos o Nordeste, que talvez 50 ou 60% desses brasileiros estão ali localizados. Isso caracteriza uma enorme disparidade regional, uma enorme disparidade deste País que tem provocado essa angústia, todo esse mal-estar, que preocupa a todos nós homens públicos, principalmente a homens como V. Exª, Governador de um dos principais Estados do Nordeste, mas que também é atingido por essa disparidade. É urgente que políticas sejam adotadas, e é bom que homens como V. Exª chamem a atenção e falem e debatam este assunto, tragam esse assunto ao debate público, exponham essas chagas ao conhecimento de toda a Nação.

*O Sr. José Fragelli* — Muito bem!

*O Sr. João Lobo* — Porque ou se tomam providências enérgicas e urgentes ou está seriamente ameaçada a continuidade do Território Nacional. Há entretanto — e eu gostaria de dizer apenas como uma contribuição ao discurso de V. Exª, pois não sei se V. Exª vai abordar esse assunto, e por isso que vacilei interrompê-lo há entretanto uma esperança nova para os países do Terceiro Mundo, para as regiões do Terceiro Mundo, para os Estados do Terceiro Mundo; há uma esperança nova criada com esse conhecimento novo que está sendo difundido, que está sendo implantado na civilização atual. Todos nós sabemos e já está perfeitamente identificado que a civilização já está atravessando uma terceira fase; nós estamos atingindo já a fase da informática; o industrialismo está morto, não há mais salvação para o industrialismo; isso que teria sua grandeza nos anos 70 agora não tem mais remédio; vai ser ultrapassado pela onda

do futuro, pela onda da informática, pela onda da tecnologia moderna, eficiente, que está sendo comprovadamente útil para o desenvolvimento. E a esperança de que eu falava é que devido a essa nova civilização, a esse novo desenvolvimento, propiciado pelo uso da alta tecnologia da informática, não é mais necessário que se queimem as etapas anteriores; quer dizer, os estados ou países desenvolvidos, os estados ou os países subdesenvolvidos podem partir do mesmo ponto de desenvolvimento, não há mais uma distância entre um e outro, o fosso já foi ultrapassado pela tecnologia, e é possível, hoje, que Estados atrasados como os Estados nordestinos, que países atrasados como os países do Terceiro Mundo tenham a possibilidade de se desenvolverem igualmente, desde que importem, adotem essa moderna tecnologia propiciada pela informática, pelos computadores, pela robotização. Era este o aparte que queria dar, neste momento, ao oportuno e brilhante discurso de V. Ex<sup>a</sup>

O SR. MARCO MACIEL — Meu caro Senador João Lobo, agradeço o aparte com que me honra V. Ex<sup>a</sup>, e quero dizer que de fato vivemos em um País que se caracteriza por agudas e graves disparidades de renda, quer interpessoais, como aludiu V. Ex<sup>a</sup> no início de seu aparte, quer inter-regionais. São essas disparidades fatores inibidores do nosso harmônico processo de desenvolvimento, e mais do que isso são fatores que fazem com que o País venha a conviver internamente com graves dissídios, com graves problemas. É por isso que concordo com V. Ex<sup>a</sup> quando diz que urge enfrentar, enfrentar de forma racional, estudada, esses dois desafios; e que urge, de modo especial, examinar a problemática daquelas regiões que se caracterizam pela ocorrência simultânea dos dois fenômenos a que se referiu V. Ex<sup>a</sup>, grandes disparidades interpessoais, e grandes disparidades inter-regionais se cotejadas com outras áreas do País. E este é, consabidamente, o caso do Nordeste, como, em outras proporções, é também o caso da Amazônia. É lógico que a Amazônia não tem a expressão demográfica que tem o Nordeste. A Amazônia, não é tanto o fato de ser uma região subdesenvolvida, e sim de ser uma região não desenvolvida, porque ainda existem, naquela enorme porção do País, enormes vazios demográficos. Mas isso que se observa com relação ao Nordeste, observa-se até certo ponto, com relação ao Norte, observa-se também, em certas proporções, com relação ao Centro-Oeste. Concordando com V. Ex<sup>a</sup>, urge lançar os nossos olhos sobre esses problemas. Advogo, naturalmente, por esses motivos a execução de políticas regionais de desenvolvimento nacional.

### **Equívocos sistemáticos**

Saliente-se que, historicamente, as políticas de desenvolvimento regional vêm incorrendo em sistemáticos equívocos, por força do seu caráter marginal, residual e exclusivamente compensatório. A concorrência dessas políticas com as setoriais resulta, quase sempre, em ineficácia e inseqüência.

Importa relevar que toda ação governamental produz efeitos regionalmente diferenciados, merecendo, por isso mesmo, uma avaliação específica e um

pertinente tratamento. Tampouco pode considerar-se o desenvolvimento regional como vinculado a regiões específicas, ao contrário, deve ser encarado como uma dimensão particular do desenvolvimento nacional.

Assim posto, à parte a formulação de políticas autárquicas de desenvolvimento regional, prefere-se a regionalização do desenvolvimento nacional.

Esse entendimento não faculta concluir-se que a ação governamental deve voltar-se para homogeneização espacial do processo de desenvolvimento, vez que equivaleria a desconhecer-se a dotação de recursos naturais, a capacitação de mão-de-obra, as economias de aglomeração, as especificidades culturais inerentes a cada região.

Uma política integrada de desenvolvimento regional não pode dissociar-se de um contexto redistributivo mais abrangente, que é informado a partir dos propósitos relacionados com uma melhor distribuição interpessoal da renda e da riqueza e, até mesmo, no plano intergovernamental, com uma discriminação das rendas públicas que melhor aproveite aos Estados e Municípios.

Desse modo, a formulação de uma nova política de desenvolvimento regional harmônico inevitavelmente conduz a uma revisão das políticas nacionais de desenvolvimento, levando-se em conta a ocupação das áreas caracterizadas como vazios demográficos ou econômicos, recuperação das áreas deprimidas, bem como a reorganização e controle das áreas, onde predominam uma elevada concentração de atividades produtivas ou de populações.

Decerto que a elaboração de projetos para cada região demanda o concurso das vontades e aspirações locais, compatibilizada entre si e com as demais diretrizes do desenvolvimento participativo. Nada obstante, propõe-se a adoção de algumas diretrizes gerais:

*a) relativamente à política creditícia:*

Antes que tudo é indispensável que se promova uma reforma bancária que atente para especialização de funções, escoimando-se, do Banco Central, as atribuições de banco de fomento e nele centralizando-se as atividades que dizem respeito à autoridade monetária. Além disso, proceda-se a uma nova estruturação das instituições financeiras oficiais (monetárias ou não), assegurando-lhes especificidade e integridade funcionais, bem como estabelecendo-se uma política de crédito voltada para as potencialidades de cada região, necessariamente compensatória à vista das disparidades inter-regionais de renda e repartida, em termos de aplicações, com base na participação regional da população nacional.

*b) relativamente à política de gastos públicos:*

A regionalização dos orçamentos fiscal, monetário e das estatais — compreendendo os múltiplos aspectos da realidade sócio-econômica nacional, a

exemplo da educação, ciência e tecnologia, saúde e saneamento, previdência social, infra-estrutura econômica etc. — constitui a diretriz principal a ser adotada, observando-se o, já assinalado, critério de participação regional na população nacional.

### **Qualidade de vida**

A adoção da função regional no orçamento monetário seria, desta maneira, o instrumento válido de fortalecimento da integração nacional, desenvolvendo fluxos inter-regionais de população, de capitais, de bens e serviços, de tributos e de gastos, que, sob intervenção racional, podem reestruturar as relações não só entre os centros mais desenvolvidos e os periféricos, mas também entre as diversas periferias, que compõem o sistema econômico brasileiro.

No orçamento das empresas estatais, a inserção da função regional na pauta dos gastos com investimentos e nas licitações conferiria a essas empresas a dimensão nacional, que lhes convém portar.

Ao orçamento fiscal, que movimenta o aparelho estatal da Nação, reserva-se um estreitamento maior com a política espacial, de forma que a regionalização das funções ali contidas, ajustando a distribuição dos gastos públicos ao índice de assentamento da população por região, passaria a objetivar a homogeneização, por cima, dos padrões da qualidade de vida pessoal e social do povo brasileiro.

Nesse sentido, aliás, não deve ser vista, com reservas, a realocação de órgãos públicos para as regiões com menor nível de desenvolvimento relativo.

c) relativamente à política tributária:

É necessário que se processem alterações na sistemática interestadual do ICM, eliminando-se os vazamentos inter-regionais de renda que se operam através desse imposto, em detrimento dos Estados menos desenvolvidos da Federação. Ademais, convém elevar o montante das receitas do ICM, compartilhadas entre Estados e Municípios, sobretudo mediante: a introdução do IPI na base de cálculo do ICM cobrado nas operações de venda a varejo de cigarros; a eliminação das isenções incidentes na importação de matérias-primas e bens de capital importados no Exterior; a criação de fundos compensatórios para as isenções e imunidades relativas à exportação para o Exterior de, respectivamente, matérias-primas e produtos manufaturados; a revisão global das isenções e reduções de base de cálculo.

Com respeito às transferências federais — especialmente as decorrentes do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos ou Gasosos, Imposto Único sobre Energia Elétrica, Imposto Único sobre Minerais, Imposto sobre Transportes Rodoviários, Taxa Rodoviária Única e quota-parte estadual do Salário-Educação — devem-se adotar critérios redistributivos, à semelhança daqueles adotados na repartição do Fundo de Participação dos Estados-FPE.

Por fim, a política de incentivos fiscais, com base no Imposto de Renda, deve restringir-se a aplicações nas regiões menos desenvolvidas, procurando-se internalizar regionalmente os resultados de suas aplicações.

### **Zoneamento agrícola**

*d)* relativamente à política agrícola:

A política de redistribuição espacial das atividades agrícolas deve voltar-se para a permanente elevação das condições de bem-estar social e individual, sem descuidar-se das metas relacionadas com a eficiência produtiva, além de garantir continuamente a ocupação da força de trabalho rural e de conservar os recursos naturais, como condição imprescindível à permanência do processo produtivo.

A política de aumento da produção e produtividade agrícolas, encarada sob a ótica do desenvolvimento regional, deve atentar para as especificidades regionais. No Nordeste, por exemplo, deve centrar-se na preocupação de poupar terras, recorrendo-se à implantação de sistemas racionais de acumulação e manejo da água, à utilização de mudas e sementes selecionadas, à adoção de práticas de proteção de solo e ao uso de insumos modernos; no Sul e no Sudeste, deve orientar-se o processo de modernização agrícola, a fim de que não implique em uma excessiva substituição de mão-de-obra; na Amazônia e no Centro-Oeste, deve objetivar-se a absorção de mão-de-obra, através de uma agricultura, pelo menos parcialmente, voltada para o atendimento do mercado interno regional.

As linhas básicas de uma política regionalizada de desenvolvimento agrícola devem estar assentadas na reorganização fundiária, na expansão racional da fronteira agrícola, no zoneamento agrícola e na discriminação espacial dos mecanismos de apoio à produção agrícola.

*e)* relativamente à política industrial:

A política de descentralização industrial deve fundamentar-se na especialização e complementaridade inter-regionais, observando, por um lado, as economias externas e potencialidades de cada região e, por outro, a implantação, nas regiões mais distantes dos principais núcleos industriais do País, de gêneros de indústrias que produzem mercadorias de alto valor específico — a exemplo das indústrias aeronáutica, eletrônica, ótica e mecânica fina, além de alguns segmentos das indústrias metalúrgica, mecânica, de material elétrico, de material de comunicações e de máquinas e aparelhos de uso doméstico e de escritório.

*O Sr. Helvídio Nunes* — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MARCO MACIEL** — Com prazer, ouço V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Helvídio Nunes.

*O Sr. Helvídio Nunes* — Eminentíssimo Senador Marco Maciel, o meu aparte tem apenas o sentido de homenageá-lo.

O SR. MARCO MACIEL — Muito obrigado a V. Ex<sup>ª</sup>

*O Sr. Helvídio Nunes* — V. Ex<sup>ª</sup> está produzindo um discurso que realmente honra esta Casa. A partir de um quadro geral, o mais amplo, V. Ex<sup>ª</sup> extrai conclusões que dizem de perto do interesse de nosso País, e, em seguida, projeta resultados para a nossa região, o Nordeste. V. Ex<sup>ª</sup> oferece matéria em abundância para estudo, para que todos pensem e para que todos busquem os verdadeiros caminhos e as reais soluções. O discurso de V. Ex<sup>ª</sup> convida a todos ao estudo. O discurso de V. Ex<sup>ª</sup> é uma peça que haverá de ser lida e meditada por todos os Senadores, pelo Congresso e pelo País. Meus parabéns a V. Ex<sup>ª</sup>

O SR. MARCO MACIEL — Caro Senador Helvídio Nunes, quero agradecer, entre sensibilizado e desvanecido, o aparte com que me honrou V. Ex<sup>ª</sup>. E devo dizer que, talvez por sermos da mesma região, da região nordestina, nós temos uma ampla identidade de pensamentos, sem considerar que há muito tempo nos liga uma forte amizade que é acrescida de minha parte por uma grande admiração pelo trabalho que V. Ex<sup>ª</sup>, como homem público, nos diferentes cargos que tem exercido, tem realizado em prol do País.

Quero, em agradecendo o aparte de V. Ex<sup>ª</sup>, dizer que, com efeito, nós precisamos refletir cada vez mais sobre as vicissitudes multirregionais do País. E que, certamente, a nossa crise, a crise que atravessamos no momento, por certo seria bem menor, se o modelo brasileiro de desenvolvimento tivesse sido mais bem-sucedido no plano da correção das disparidades inter-regionais. A crise, a meu ver, penaliza, sobretudo mais fortemente algumas regiões, em virtude dos grandes desníveis com os quais ainda convive o nosso País. E por isso acho que o momento da crise seja talvez o momento propício para que reflitamos sobre estas disparidades regionais, e busquemos, integrada e unidamente, Legislativo e Executivo, encontrar caminhos políticos para que o País possa, efetivamente, ter um desenvolvimento que não seja apenas mero sinônimo de crescimento econômico.

*O Sr. Gastão Müller* — V. Ex<sup>ª</sup> permite um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Pois não. Ouço V. Ex<sup>ª</sup>, meu caro Senador Gastão Müller.

*O Sr. Gastão Müller* — Eu estou, eventualmente, na Liderança do Partido, então, em primeiro lugar, quero congratular-me com V. Ex<sup>ª</sup>, não pelo discurso, mas pela conferência brilhante, que V. Ex<sup>ª</sup> está terminando de fazer.

O SR. MARCO MACIEL — Muito obrigado a V. Ex<sup>ª</sup>

*o sr. Gastão Müller* — E que nós poucos, aqui presentes, hoje, num dia, como se diz na gíria: “enforcado entre o domingo e o feriado”, e com a posse de um ex-Senador como Ministro, tudo isso implica, naturalmente, numa ausência de

maior número de Senadores no plenário, mas o que aqui ficaram se deleitam em ouvi-lo. Mas, Senador Marco Maciel, eu estou com uma dúvida. Não quero polemizar, mas aprender. V. Ex<sup>a</sup> falou muito em economia regional. Onde é que fica aí a unidade nacional? Esta é a primeira pergunta. Segunda pergunta: esse plano de governo tão bem elaborado por V. Ex<sup>a</sup> — e como disse há pouco, o Senador José Fragelli, que demonstra que V. Ex<sup>a</sup> conhece o assunto, porque quando S. Ex<sup>a</sup> começou a citar a teoria, V. Ex<sup>a</sup> já adiantou a conclusão do autor do livro, mostrando que conhece o assunto — a raiz do problema brasileiro não é um problema institucional? V. Ex<sup>a</sup>, que é um presidenciável, não teria muito mais força para resolver esse problema se fosse eleito diretamente, pelo voto direto? São as duas perguntas que ficam no ar para que V. Ex<sup>a</sup>, com a habilidade que tem e a sabedoria política que lhe é peculiar, responda para que nós fiquemos sabendo e, além disso, conste dos Anais do Congresso Nacional.

### **Só com democracia**

O SR. MARCO MACIEL — Caro Senador Gastão Müller, Líder em exercício do PMDB nesta Casa, eu gostaria de iniciar a resposta ao aparte com que me brindou V. Ex<sup>a</sup>, dizendo inicialmente que tenho para mim que o Brasil é, em função do seu enorme espaço geográfico, enfim, uma Nação continente, e que abriga enormes disparidades regionais, que desafiam o Governo, porque essas diversidades regionais têm se mostrado nocivas com relação ao orgânico desenvolvimento do País. Naturalmente, o que defendo é que sempre se formulem programas nacionais de desenvolvimento, conscientes do fato de que somos uma Nação multirregional, e que, sempre nos programas nacionais de desenvolvimento se tenha bem presente a sua componente regional ou, mais precisamente, que se formulem políticas regionais de desenvolvimento nacional. Creio que enquanto não se pensar que a nossa Nação — e sua força reside muito nisso — é uma realidade multirregional, nós certamente incorreremos em erro.

Por isso é que, respondendo à primeira parte do aparte de V. Ex<sup>a</sup>, eu diria que não há, em absoluto, qualquer conflito entre políticas nacionais de desenvolvimento e que se busque inserir na formulação dos programas de desenvolvimento um tratamento específico para cada uma das diferentes Regiões. Pelo contrário, diria que essas políticas se completam e até que as políticas nacionais de desenvolvimento só serão bem sucedidas na proporção em que contemplem os problemas espaciais brasileiros.

Agora, lembra bem V. Ex<sup>a</sup>, que o verdadeiro desenvolvimento só se realiza sob a égide da democracia. E no começo do meu discurso, fiz questão de dizer que democracia e desenvolvimento eram, de forma sintética, as duas maiores aspirações da Nação brasileira. Comungo desses princípios, e por isso é que tenho dito — e aproveito a ocasião para repetir —, que pessoalmente sou a favor de que se restabeleçam as eleições diretas para a Presidência da República e, nesse sentido, tenho me manifestado reiteradas vezes. Sabe todavia, V. Ex<sup>a</sup>, que para que se promova o retorno em nosso País às consultas diretas, se faz mister

que se realize previamente uma reforma constitucional. E isso importa em um acordo entre os Partidos que têm assento nas duas Casas do Congresso Nacional, vez que nenhuma das agremiações políticas aqui representadas, dispõem dos dois terços indispensáveis à modificação do texto constitucional. Ademais, em assim fazendo, o País estará retomando não somente sua tradição republicana mas, também, seu caminho dos anteriores textos constitucionais. Quero, ao final, agradecer a V. Ex<sup>a</sup>, as manifestações extremamente elogiosas com que me honrou.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, concluindo:

A viabilização desse objetivo depende, basicamente, da conjugação dos mecanismos indutores da atividade industrial — consubstanciados nas políticas fiscal, cambial, creditícia etc. —, com a implantação da necessária infraestrutura.

Ressalte-se, contudo, que o processo de descentralização industrial deve manter-se ajustado à retomada do processo de desenvolvimento no País, balizada pela recuperação da economia mundial.

Há necessidade de um planejamento que inclua objetivos alcançáveis na redução das disparidades entre regiões, com providências coerentes entre si e compatíveis com o que se propõe para o resto do País, definidas em metas fixadas no tempo e no espaço, executadas com firmeza e continuidade administrativa.

*A Sr<sup>a</sup> Iris Célia* — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Ouço-a com prazer, cara Senadora Iris Célia.

*A Sr<sup>a</sup> Iris Célia* — É extremamente agradável, nesta tarde, ouvir as palavras de V. Ex<sup>a</sup>, como uma verdadeira demonstração de sabedoria, de conhecimento dos problemas nacionais e de conhecimento também da solução desses problemas. Congratulo-me com V. Ex<sup>a</sup>, como uma defensora da regionalização do planejamento e desenvolvimento, especificamente na área da Educação, por já ter sentido na própria carne quanto o povo dos Estados menos desenvolvidos, mais carentes, são menos beneficiados numa política nacionalmente traçada. E eu diria até que esse é o pressuposto básico da integração nacional: o respeito à cultura de cada povo, o respeito às possibilidades de cada povo e o respeito aos problemas de cada povo. Eu digo a V. Ex<sup>a</sup> que estaríamos extremamente gratificados se o tivéssemos um dia na Presidência da República, não menosprezando os demais, mas por sentir que a Amazônia teria, em V. Ex<sup>a</sup> um defensor das terras longínquas e esquecidas, mas tão produtivas, e que representam um potencial econômico incrível não apenas para desenvolver-se a si própria mas a própria Nação. Congratulo-me com V. Ex<sup>a</sup>, muito feliz, nesta tarde, Senador Marco Maciel.

## Justiça e igualdade

O SR. MARCO MACIEL — Prezada Senadora Iris Célia, inicialmente agradeço, muito sensibilizado, o aparte com que me honrou V. Ex<sup>a</sup>, e de modo especial, a contribuição que V. Ex<sup>a</sup> traz ao meu discurso, quando chama atenção para um fato que gostaria, nestas minhas palavras finais, de insistir, Sr. Presidente. É de que quando defendo a regionalização dessas políticas nacionais de desenvolvimento, não o faço apenas no plano meramente econômico ou econômico-financeiro, mas as estendo, também, a todos os setores da ação governamental: no plano da Saúde, no plano da Previdência e no plano da Educação, como acertadamente lembrou a Senadora Iris Célia, porque efetivamente nós deveríamos ter uma política integrada, global, que contemplasse todos os setores da ação governamental — o econômico, o financeiro, o social, o político e até, convém não esquecer, o cultural.

Mas, Sr. Presidente:

Ao se operar tal transformação nada mais está fazendo do que se propiciando o mais adequado processo de crescimento para o País com incomensuráveis benefícios e vantagens no plano social.

Não foi por outra razão que o Papa João XXIII, em sua famosa encíclica “Mater et Magistra”, assinalava com precisão, suas preocupações com a ação de nivelamento e propulsão das zonas subdesenvolvidas: “Entre os cidadãos pertencentes à mesma comunidade política não é raro existirem pronunciadas desigualdades econômico-sociais, devido a uns viverem e operarem nas zonas economicamente mais desenvolvidas e outros em zonas econômicas menos desenvolvidas. Em tal situação a justiça e a equidade exigem que os poderes públicos atuem para eliminar ou reduzir essas desigualdades. Para tal fim, deve-se procurar que nas zonas menos desenvolvidas sejam assegurados os serviços públicos essenciais e o sejam nas formas e nos graus sugeridos ou reclamados pelo ambiente e correspondentes ao nível médio de vida em vigor na comunidade nacional. Mas é igualmente necessário que se empreenda uma apropriada política econômico-social, principalmente quanto à oferta de trabalho, deslocamentos da população, salários, contribuições, crédito, investimento, atendendo particularmente as indústrias de caráter propulsivo, política apta a promover a absorção e o emprego rendoso das forças de trabalho para estimular a iniciativa da empresa, para beneficiar os recursos locais”.

Todas as sugestões aqui externadas têm por única e exclusiva finalidade enfatizar a necessidade vital de um maior equilíbrio inter-regional, em termos econômicos, sociais, culturais e institucionais, visando uma maior descentralização política do País.

Eis o que se preconiza em relação a essa importante dimensão do desenvolvimento brasileiro, que será mais íntegro na medida em que absorva a conotação multirregional ou, se preferirem, espacial da realidade brasileira.

Trago, com esta proposta, a esperança de que o assunto seja adequadamente debatido, pois o que todos nós desejamos é assegurar ao País um desenvolvimento que seja a síntese do que pretende o homem brasileiro e constitui os seus valores maiores: um desenvolvimento executado sob a égide do regime democrático e atento aos propósitos de garantir, a todos, bem-estar, justiça e liberdade.

## **AÇÃO PARLAMENTAR**

Plaquetas publicadas:

- 1 — Cem Anos de República
- 2 — Informática e Desenvolvimento
- 3 — Importância do Mar e Presença na Antártica
- 4 — Nordeste: o Semi-Árido
- 5 — Reforma Tributária
- 6 — Ciência e Tecnologia
- 7 — Desenvolvimento Urbano
- 8 — Sucro-Álcool-Química: Nova Fronteira Econômica
- 9 — Simplificação das Leis
- 10 — Participação do Congresso na Política Externa
- 11 — Filinto Müller e a Política

## **PRÓXIMOS LANÇAMENTOS**

- 13 — Agricultura Nova Fronteira
- 14 — Uma Política Para Irrigação
- 15 — Importância da Educação para a Realização Democrática
- 16 — Subsídios Para Uma Política Cultural

Endereço para correspondência:  
Senado Federal  
Gabinete nº 01  
CEP 70.160 — Brasília — DF









